



**GESEL**

Grupo de Estudos do Setor Elétrico

UFRJ

# **Integração Regional na América do Sul e o Papel da Energia Elétrica**

Marcel Biato

Nivalde J. de Castro

## **TDSE**

Textos de Discussão do Setor Elétrico  
Nº32

Abril de 2011  
Rio de Janeiro

**Integração Regional na América do Sul e o  
Papel da Energia Elétrica**

Marcel Biato  
Nivalde J. de Castro

# **Integração Regional na América do Sul e o Papel da Energia Elétrica**

Marcel Biato  
Nivalde J. de Castro

## Índice

<b>Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>I - Integração Regional: Antecedentes Históricos.....</b>	<b>9</b>
<b>II - Integração Produtiva Física como Produtor de Transformação.....</b>	<b>13</b>
<b>III - Prioridades na Integração Produtiva Física.....</b>	<b>14</b>
<b>IV - Novo Papel da América Latina.....</b>	<b>16</b>
<b>V - Energia na Integração.....</b>	<b>17</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>19</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>20</b>

## Integração Regional na América do Sul e o Papel da Energia Elétrica<sup>1</sup>

*Marcel Biato<sup>2</sup>*

*Nivalde J. de Castro<sup>3</sup>*

### Introdução

No momento em que a globalização fratura as relações clássicas de poder e se questionam muitos dos paradigmas que as sustentavam até setembro de 2008, abre-se para a América do Sul oportunidade excepcional de redefinir os termos tradicionalmente caudatários de sua inserção da economia mundial. Maximizar sua competitividade na economia globalizada significa maximizar também suas vantagens comparativas, sobretudo a partir da abundância de recursos naturais e de sua relativa homogeneidade lingüística e cultural. Isto não será possível, no entanto, sem criar as bases e estruturas materiais que permitam consolidar, na prática, um espaço econômico integrado, capaz de multiplicar essas vantagens comparativas.

A integração econômica e produtiva na América do Sul passa necessariamente pela priorização de investimentos em setores de infraestrutura que criem sinergias e uma base física efetiva e concreta para a integração. Neste processo o Brasil está apto a desempenhar uma função catalisadora em decorrência de quatro seguintes dimensões: econômica, demográfica, continental e geográfica.

A questão básica - e objeto analítico central deste estudo - é delimitar os desafios e sugerir linhas de ação efetivas no sentido de realizar o sonho secular de integração regional, tendo como principal foco o papel aglutinador dos pólos de oferta e demanda de energia elétrica da América do Sul.

---

1 SASE 23rd Annual Conference *Transformations of Contemporary Capitalism: Actors, Institutions, Processes*, Universidad Autónoma de Madrid June 23-25, 2011. As opiniões formuladas e desenvolvidas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade dos autores não representando posições institucionais.

2 Embaixador do Brasil na Bolívia.

3 Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do GESEL- Grupo de Estudos do Setor Elétrico.

Nestes termos, o presente estudo está dividido em cinco partes. A primeira é dedicada à análise mais geral dos aspectos políticos restritivos e as experiências históricas que estimularam e restringiram a integração produtiva. A segunda parte aborda a centralidade da integração física como indutor indispensável do processo de integração, enquanto a terceira parte passa em revista os setores que merecem prioridade nesse esforço. A quarta parte situa a importância desse esforço de integração dentro da perspectiva mais ampla do processo de globalização. Já a quinta parte salienta a centralidade da energia – e mais especificamente da infraestrutura de integração elétrica regional – como vetor desse processo. Por fim, são apresentadas as conclusões que indicam que o setor elétrico apresenta condições especialmente favoráveis para liderar esse processo de integração por força de suas características. Por sua localização estratégica, em termos geodésicos e geográficos, e por sua acumulada experiência e liderança tecnológica e gerencial no setor, ademais de condições favoráveis de financiamento, o Brasil apresenta condições particularmente favoráveis para catalisar e liderar esse esforço.

## **I - Integração regional: antecedentes históricos**

A busca da integração regional nasce com o sonho de Bolívar, primeiro formulado sistematicamente no Congresso de Panamá de 1826. Defendeu-se naquela ocasião a solidariedade continental como única resposta efetiva das recém-independentes nações americanas frente aos desígnios de recolonização por parte das ex-metrópoles e outras potências européias ascendentes profundamente abaladas pela Revolução Francesa e Guerras Napoleônicas, em especial Espanha e Portugal que haviam mantido um vasto império colonial no Continente Americano. No entanto, se a ameaça de recolonização política não se concretizou – com a breve exceção do México – a realidade da subordinação econômica e comercial perduraria ainda por longas décadas, onde as únicas alterações ocorridas se deram em relação às novas metrópoles dominantes, como é o caso específico dos EUA.

Ao menos até a Crise de 1930, quando as potências européias perderam sua hegemonia global, a inserção das economias latino-americanas na economia mundial pouco mudara, guardando sua base, lógica e dinâmica produtiva essencialmente colonial. Em outras palavras, as economias latino-americanas integravam-se na divisão internacional do trabalho como produtores de commodities, bens primários para

exportação sem significativa e relevante agregação de valor. Em contrapartida passiva, essas ex-colônias continuavam importando os bens de maior valor agregado, sobretudo produtos manufaturados, associadas à dinâmica e evolução da sociedade capitalista contemporânea. Embora tivessem sido abolidos os acordos leoninos pelos quais as então metrópoles mantinham mercados cativos para suas manufaturas nas respectivas colônias, permanecia na prática essa relação de subordinação, isto é, a integração econômica direta e preferencial com as “novas” e velhas metrópoles, mantendo-se a lógica intrínseca do “exclusivo comercial”, como bem enfatizou Furtado (2007).

Por que esta política de subordinação econômica mantinha-se? Quem respondeu esta questão crucial foi Raúl Prebisch<sup>4</sup>, o primeiro formulador da Teoria da Dependência, isto é, a tendência de países em desenvolvimento a aprofundarem sua subordinação econômica e comercial aos países industrializados. Prebisch partiu da constatação histórica de que a relação de troca internacional tornava-se cada vez mais adversa em detrimento dos produtos primários, que dominavam a pauta exportadora dos países latino-americanos, frente aos bens industrializados cuja produção era monopolizada pelo hemisfério norte. A explicação era simples: a multiplicação de países descolonizados aumentava a oferta desses produtos primários, deprimindo seus preços. Em contrapartida, a incapacidade de aceder aos conhecimentos técnicos e tecnológicos necessários para gerar indústrias manufatureiras competitivas e de dispor de mercado de capitais estruturados, permitia os países já desenvolvidos preservar seu monopólio econômico nas relações internacionais. Só assim poder-se-ia explicar, em pleno século XX, essa lógica perversa herdada da Era Colonial e que caracterizava e marcava a relação neocolonial.

Como superar essa realidade de crescente desequilíbrio e desigualdade econômica, conhecida como a relação Centro-Periferia, que parecia condenar os países latino-americanos a permanente subordinação e pobreza? A resposta de Prebisch – formulada durante seu período à frente da CEPAL – foi propor uma nova política econômica de industrialização baseada na substituição de importações. Tratava-se na realidade de aprofundar o processo que já se iniciara timidamente nos períodos de fortes restrições às importações como as Grandes Guerras e a própria Crise de 1930 que viabilizaram a

---

<sup>4</sup> Prebisch foi Secretário Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL) entre 1950 e 1963. Seu livro “O desenvolvimento América Latina e alguns de seus problemas (1949) foi um marco na formação da chamada teoria cepalina.

instalação de centros de produção industrial na América Latina. A nacionalização de parte da produção manufatureira que ocorrera acidentalmente deveria agora ser objeto de políticas econômicas governamentais ativas, por meio, principalmente de políticas tarifárias de reserva de mercado e de estímulos aos investimentos estrangeiros.

Nesse esforço para romper as bases da Divisão Internacional do Trabalho de cunho colonial, via industrialização por substituição de importações, ganhou novo alento a estratégia de integração regional inicialmente formulada no primeiro quartel do século XIX por Bolívar, mais sob uma lógica política do que econômica. A escala econômica geralmente reduzida dos mercados nacionais e as limitações de ordem tecnológica e financeiras recomendavam a constituição de um mercado produtor e consumidor integrado em escala regional capaz de assegurar a competitividade progressiva do processo de industrialização almejado. O caminho escolhido foi o programa de redução de tarifas nacionais de forma a garantir a livre circulação de bens e serviços dentro de uma união aduaneira latino-americana. Talvez o aspecto mais importante de esse esforço foi reduzir progressivamente o isolamento econômico e comercial entre países que até então preservavam relações privilegiadas com suas ex-metrópoles. Ao invés de explorar as possibilidades de sinergia e integração entre economias geograficamente próximas, viam reforçar-se a competição predatória entre economias exportadoras quase sempre das mesmas commodities.

A ALALC – Associação Latino Americana do Livre Comércio -, lançada em 1960, viabilizou relações intra-regionais mais diversificadas do que no modelo colonial e pós-independência. Eliminaram-se entraves artificiais ao comércio e estimulou-se a troca crescente entre economias sem complementaridades comerciais. No entanto, o progressivo esgotamento desse processo de reduções tarifárias, apesar de seu relançamento em 1980, na forma da ALADI – Associação Latino-Americana de Integração - deixava evidente as limitações destes instrumentos de política econômica que não atacavam as bases estruturais da relação centro-periferia.

A inauguração de mecanismos sub-regionais mais ambiciosos (MERCOSUL, Pacto Andino, Mercado Comum Centro-Americano) procurava responder a esses limites e desafios com programas embrionários de arbitragem supranacional de conflitos comerciais e o fomento à integração de cadeias produtivas, sem o qual não haveria os esperados ganhos de escala e competitividade.



Em que pesem esses esforços, o processo de integração fundamentalmente via a redução tarifária pouco alterou substancialmente o modo de inserção da América Latina na Divisão Internacional de Trabalho. A maioria dos países continua a exportar commodities e permanece diminuta a integração de cadeias produtivas industriais em escala regional que possibilitem ganhar escala competitiva globalmente. Num mundo que caminha a passos largos rumo à globalização, fica evidente a urgência de implementarem-se estratégias de transformação estruturante do sistema produtivo regional, de forma a adequar a inserção das economias da América do Sul neste novo cenário internacional. No entanto, permanecem barreiras econômicas e entraves políticos que retardam uma real e necessária integração regional capaz de transformar a região em efetivo pólo de desenvolvimento dinâmico num mundo cada vez mais multipolar. As evidências dessas contradições são inúmeras e merecem destaque as seguintes:

- (i) A região é detentora de grandes reservas de energia renováveis e não renováveis. Contudo, vários países enfrentam racionamentos, convivendo com uma crise endêmica que diminui a qualidade de vida e prejudica o desenvolvimento da atividade econômica, em função do tipo e custos da energia;
- (ii) Detém uma produção agrícola expressiva e um grande potencial, mas parcelas significativas da população são subnutridas; e
- (iii) Há riquezas naturais abundantes e população economicamente ativa volumosa, mas a pobreza, concentração de renda e baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) são a regra na quase totalidade dos países da região.

O que impede a região de transformar este potencial econômico em uma nova realidade social? É mister reconhecer que, apesar da retórica de que se vive em uma região sem conflitos maiores, nem conflitividade étnica ou religiosa, ainda hoje vivemos e revivemos em larga medida as questões de fronteira e os conflitos ideológicos que alimentaram as divisões oriundas do período colonial e das guerras de independência. Há que reconhecer fundamentalmente que frente a entraves de origem estrutural e histórica, voluntarismo político e gestos de boa vontade, apelos a afinidades culturais e a retórica da solidariedade continental não serão suficiente para superar barreiras que têm condicionantes políticos e econômicos que remontam às rivalidades do período

da luta pela independência. Sem romper a lógica perversa que alimenta essa espiral de desconfiança e distanciamento mútuos, tampouco reduções limitadas de tarifas alfandegárias aproximarão e integrarão os países da região.

A pergunta que preocupa a região e todos os esforços anteriores de integração é simples: como fazer com que todos se sintam partícipes e beneficiários do processo de integração, sobretudo as nações menores, sem vantagens de escala e limitadas opções de agregação tecnológica?

Efetivamente, por falta de mecanismos mais eficientes, os benefícios resultantes dos ganhos de escala derivados da abertura dos mercados regionais favoreceram desproporcionalmente as economias maiores e já mais robustas e competitivas. Sem corrigir essa distorção não se superarão divergências e rivalidades herdadas do passado, mas que continuam a retrasar ação coordenada e solidária.

## II – Integração Produtiva Física como Fator de Transformação

A resposta a esse dilema passa pelo reconhecimento de que não haverá integração regional efetiva se não se começar pela integração produtiva física. Não há como criar e consolidar um espaço econômico integrado sem gerar uma nova racionalidade econômica. É preciso que a integração produtiva esteja assentada em bases sólidas e dentro de uma nova perspectiva de integração de mercados da região, pois, caso contrário, prevalecerá a lógica econômica clássica, centrípeta. No caso da América Latina, é indispensável reestruturar um espaço econômico-comercial que foi – e ainda hoje permanece em larga medida – pensado para a realidade das trocas coloniais. Isto é, convive-se com uma base de infraestrutura voltada para o fluxo de bens, serviços e energia do litoral para o exterior ultramar, deixando um enorme vazio humano e econômico no coração do continente. Não se dará racionalidade econômica e, portanto, viabilidade prática e efetiva à integração continental sem rever os eixos de escoamento produtivo. Não há outra forma de moldar e consolidar um grande mercado e parque produtivo interamericanos.

A reestruturação das bases físicas da integração produtiva é o eficaz motor de transformação da realidade regional. É o que sugere a experiência da União Européia, no pós-Guerra. Seu êxito associa-se a uma visão estratégica de médio e longo prazo,

centrada em projetos de integração física que permitiram vertebrar uma racionalidade econômica capaz de construir espaços de produção e consumo verdadeiramente integrados. Exemplo deste processo foi a constituição da Comunidade do Carvão e do Aço, como núcleo indutor da União Européia. Reflete o reconhecimento de que a resposta à histórica rivalidade fratricida entre a França e a Alemanha estava em tornar a guerra economicamente irracional. Ao integrar a produção desses dois insumos estratégicos para o desenvolvimento dos dois países, criaram uma nova racionalidade econômica baseada na integração cooperativa. Assim, merece ser destacado que a integração e transformação das estruturas produtivas européias esteve na base da União Européia.

O mesmo desafio se apresenta hoje para a América do Sul, onde tampouco faltaram desconfianças políticas e rivalidades econômicas. Isto fica evidente no ceticismo com que muitos questionam propostas para investir na integração da infraestrutura física do continente, de forma a fazer de projetos de integração um locus dessas transformações nas relações regionais. Qual seria a utilidade, muitos se perguntam, de construir a Via Interoceânica, ligando o extremo ocidental do Brasil (Acre) e o litoral do Pacífico no Peru. Não se estaria apenas ligando “o nada a lugar nenhum”, argumentam os críticos? Como gerar um eixo de integração diante da ausência de tráfico rodoviário em escala comercial que justificasse tal investimento? Afinal como financiar economicamente a construção de uma estrada, por exemplo, se o reduzido fluxo de tráfego não permite um sistema de pedágio que viabilize o projeto através das modalidades de financiamento que prevalece atualmente no mercado financeiro<sup>5</sup>.

A resposta está em dispor de instrumentos de financiamentos de longo prazo através de políticas públicas, estimulando a formação de parcerias estratégicas entre o Estado e a iniciativa privada. Só assim se quebra o círculo vicioso pelo qual a falta de infraestrutura desestimula investimentos produtivos e vice-versa.

---

<sup>5</sup> A modalidade mais comum é de *project finance*, pelo qual os rendimentos auferidos com a prestação de serviços do projeto, uma vez concluído, são usados para amortizar o financiamento contraído para executar o projeto.

### III – Prioridades na Integração Produtiva Física

Nos marcos de um processo de integração produtiva física capaz de alterar a lógica de um espaço econômica regional podem-se considerar três as áreas-chave cruciais:

- i. Energia;
- ii. Transporte (para escoamento de produção e exportações); e
- iii. Comunicações.

Estes três setores detêm posição chave na medida em que permitem reduzir os custos na base da cadeia produtiva. Desses ganhos resultam custos menores para as atividades econômicas que dependem da infraestrutura como um todo. Promovem-se assim economias de escala e sinergia e, por sua vez, promovendo maior competitividade para os mercados da região, em reforço ao próprio processo de integração.

Dentro dessa perspectiva, foi criado em 2009, no âmbito da UNASUL – União Sul-Americana de Nações<sup>6</sup> -, o Conselho de Infraestrutura e Planejamento (CIP). Ele busca oferecer arcabouço institucional e político de alto nível para as estratégias de integração da infraestrutura, antes a cargo da Iniciativa de Infraestrutura para a América do Sul - IIRSA (que permanece como Foro Técnico de apoio ao CIP). Os avanços obtidos são inegáveis. Já foram financiados mais de 80 projetos, com uma carteira já aprovada de cerca de US\$ 8 bilhões na América do Sul e US\$ 1,8 bi na América Central e Caribe, conforme atestam os dados do Quadro 1, onde são apresentados vários dos projetos aprovados por país. O Brasil tem contribuído diretamente para esse esforço estendendo financiamento para projetos tanto no âmbito do MERCOSUL – na forma do FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural<sup>7</sup> – quanto diretamente por meio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

---

6 A UNASUL, constituída em 2008, objetiva conformar um espaço de integração regional de múltiplos eixos, desde o cultural e social até a integração física e energética. Nisso distingue-se fundamentalmente que nasceu, em 1991, com o objetivo mais restrito de constituir uma união aduaneira.

7 Trata-se de um fundo, que já dispões de recursos superiores a R\$S1 bilhão, destinado a financiar a convergência estrutural entre as economias fortemente assimétricas do bloco, por meio de programas de promoção da competitividade e coesão social em favor das economias menores.

**Quadro 1**

**Financiamento de Projetos de Infraestrutura selecionados por Países**

<b>País</b>	<b>Projeto</b>	<b>Valor (em US\$ milhões)</b>
Argentina	Construção e ampliação da rede de gasodutos	1,9
	Exportação de 20 aviões EMB-190	646
Bolívia	Rodovia San Ignacio de Moxos-Villa Tunari	332
	Projeto Hacia Norte-Rurrenabaque-El Chorro	199
	Rodovia Tarija-Bermejo	179
Chile	Exportação de ônibus	350
Cuba	Porto Mariel	381 *
Equador	Hidrelétrica de San Francisco	242,9
Guiana	Ponte sobre o rio Tacutu (concluído)	17,1
Nicarágua	Central Hidrelétrica de Tumarín	342
Peru	Ponte Assis Brasil-Iñapari	17,1
R. Dominicana	Corredor Viário Duarte	100

Fonte: BNDES

(\*) em processo de avaliação o financiamento de mais US\$ 300 milhões

A diversidade dos projetos, o volume expressivo de investimentos e sua abrangência regional indicam que se trata de processo de integração irreversível, que encontra no fortalecimento do mercado interno regional e no resultante desenvolvimento econômico-social forte elemento indutor. Nesse sentido, pode-se concluir que está em curso um processo virtuoso pelo qual o crescimento econômico interno dos países viabiliza e reforça a integração de mercados via o financiamento de obras de integração física regional.

#### IV – Novo Papel da América Latina

A dinâmica analisada anteriormente vem contribuindo para o avanço econômico da América Latina, como se pode constatar pela que crescimento médio de 5.5% do PIB regional na última década (número mais expressivo desde os anos 60). Esta performance explica as inquestionáveis melhorias sociais resultante da incorporação política, social e econômica de classes mais vulneráveis ao processo generalizado de crescimento.

Ao ajudar a reforçar e consolidar esse ciclo virtuoso na América Latina, a crise econômica mundial de 2008 legitimou o emprego de dois instrumentos cruciais e estratégicos para a estratégia de integração regional da região:

- i. O papel do Estado em sua função de planejamento estratégico em contraposição à suposta eficiência racional do livre mercado; e
- ii. O papel do mercado interno como motor de crescimento, especialmente em sociedades em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a crise financeira e econômica mundial de 2008 exigiu rever paradigmas antes inquestionáveis, ajudando a região a melhor apreciar os desafios e possibilidades à frente:

- i. América Latina e demais países em desenvolvimento não foram, em contraste com a experiência histórica, a origem da crise, havendo aprendido a superá-la melhor do que os países desenvolvidos;
- ii. Impõe-se revisão, ao menos parcial, da lógica Cepalina, segundo a qual haveria uma inexorável perda relativa do valor de produtos primários vis à vis produtos de maior valor agregado, em particular produtos manufaturados; e
- iii. América Latina, mais que outras regiões em desenvolvimento, goza de vantagens comparativas resultantes do quadro atual: crise alimentar, crise energética e mudança climática, associadas em larga medida ao rápido crescimento das economias emergentes.

## V – A Energia na Integração

No novo mundo da globalização, abre-se janela de oportunidade para a América Latina. Num momento em que se agudiza a competição global por fatores de competitividade, ressaltam suas notórias vantagens comparativas na produção de alimentos (ampla disponibilidade de terra, sol e água) e em biodiversidade (com excepcional potencial fármaco e em bioengenharia). Nada disso será possível, no entanto, sem acesso a fontes seguras e viáveis de energia, sobretudo as limpas e renováveis, como são, por exemplo, a hidroeletricidade e biomassas e de que a região detém um dos maiores potenciais do mundo. Ademais de assegurar condições de desenvolvimento sustentável, as fontes renováveis têm a vantagem, em contraste com as fontes minerais, de não se esgotarem. Não se prestam assim às relações de espoliação do tipo “exclusivo colonial”, nem suscitam as rivalidades e suspeitas nacionalistas que motivaram muitos dos conflitos territoriais na região e que ainda hoje minam os esforços de integração latino-americana.

Das diversas fontes disponíveis, talvez a maior promissora do ponto de vista da integração regional seja a energia elétrica, pois apresenta múltiplas vantagens comparativas: modicidade tarifária, uso de tecnologias consolidadas e outras inovadoras (eólica e solar) e sustentabilidade.

Os condicionantes tecnológicos e técnicos da energia elétrica, já consagrados, favorecem a instalação de redes de transmissão integradoras capazes de garantir fornecimento contínuo e ininterrupto por longas distâncias. Adicionalmente, favorecem a incorporação de amplos segmentos sociais marginalizados aos benefícios e oportunidades do desenvolvimento. Ambos os fatores são exemplificados no caso da substituição de fontes não-renováveis e poluidoras que passaram a prevalecer na América do Sul a partir das reformas neoliberais dos anos 90<sup>8</sup>. Suas vantagens financeiras, econômicas e ambientais demonstram claramente que energia limpa e renovável é eficiente e dá lucro. Significa preço acessível, sustentável e continuado para pessoas, países e regiões realizarem seu potencial.

Nestes termos há ainda ingentes possibilidades de transformação econômica e social que o uso da energia elétrica pode promover. Um exemplo é o Programa “Luz

---

8 Sobre esta questão ver CASTRO, 2010

para Todos” do governo brasileiro<sup>9</sup>. Ao estender o acesso a energia elétrica para os mais distantes rincões do Brasil, identificou centenas de milhares de indivíduos que sequer constavam dos registros civis. À semelhança da experiência de outros países, pela primeira vez, esses brasileiros passaram a ter acesso a serviços públicos básicos antes inacessíveis. Ademais, esses investimentos promoveram um efeito multiplicador de ganhos econômicos ao incluir, de maneira pró-ativa, um grande contingente populacional ao mercado consumidor, já que estas famílias passaram a melhorar as condições de vida com acesso a bens de consumo duráveis como geladeira, TV, freezer, etc. Por outro lado, o programa também criou bases para uma maior competitividade comercial de produtos regionais que antes não podiam ser explorados de forma eficiente por falta de energia elétrica para o processamento e estoque dos produtos de origem animal e vegetal. Desta forma, é possível verificar nas regiões influenciadas pelo Programa “Luz para Todos” aumento da eficiência das atividades produtivas, reduzindo gasto em tempo, regularidade, previsibilidade – parâmetros-chave para a qualquer atividade econômica e a competitividade.

O Brasil está engajado nos esforços da região para maximizar benefícios como os obtidos pelo Programa Luz para Todos, através de programas de capacitação técnica, financiamento para viabilizar projetos de investimento em produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, de forma que possa chegar ao menor preço ao consumidor final em articulação com o processo de integração energética.

---

9 O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica assegura gratuitamente uma conexão elétrica para qualquer família no meio rural. Até o momento mais de 13 milhões de indivíduo já foram beneficiadas. Sobre o Programa Luz para Todos ver, por exemplo, <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2010/12/16/luz-para-todos-tem-90-da-meta-cumprida>.



## Conclusão

Nestes termos, e a título de conclusão, ao celebrar o bicentenário do início do movimento de independência da América Latina, continua a luta por autodeterminação dos países da América do Sul em um contexto de um novo mundo, globalizado. Realizar potencial exige unir solidariedade e competência. Da mesma forma que se está aprendendo que não haverá avanço econômico, social e político sem redução de desigualdades internas, precisa-se reconhecer que a superação das desigualdades entre países é indispensável para se realizar plenamente o potencial da América do Sul. Fazer do conhecimento compartilhado arma para realizar sonhos e sinergias da região permitem rejeitar a falsa dicotomia entre solidariedade americana e eficiência capitalista. A integração energética está na vanguarda desse processo.

E o Brasil tem todas as condições para servir de indutor desse esforço. Recorde-se, a propósito, sua localização estratégica como ponto de encontro das principais bacias hidrográficas do continente, e o fato de fazer fronteira com 10 de seus 12 vizinhos sul-americanos. Pesa ademais sua avançada e exitosa experiência na modelagem de sistemas de geração e distribuição de energia elétrica por longas distâncias, criando e integrando um sistema elétrico de dimensão continental e em condições de modicidade tarifária. Sem falar, da rica diversidade de sua matriz geradora, capaz de combinar e integrar fontes alternativas e sobretudo renováveis.

Há que considerar ainda que o Brasil dispõe de condições excepcionais de financiar, sobretudo via o BNDES, projetos de infraestrutura de grande envergadura tanto no país como no exterior.

### **Bibliografia**

Baumann, Renato. Integration in Latin America: Trends and Challenges. UN/ECLAC & Universidade de Brasília.

Biato, Marcel. La política exterior de Brasil: ¿Integrar o despegar? Política Exterior Nº131 - Septiembre / Octubre 2009

Biato, Marcel. LA APUESTA DE BRASIL POR EL COMERCIO SUR-SUR. Economía exterior: estudios de la revista Política Exterior sobre la internacionalización de la economía española, ISSN 1137-4772, Nº. 52, 2010, pags. 29-38

Bielschowsky, Ricardo (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

Braga, Márcio Bobik. Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das Contribuições da CEPAL. <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101161.pdf>

Castro, Nivalde José. O Papel do Brasil no processo de integração do setor elétrico da América do Sul. Rio de Janeiro. GESEL-UFRJ, Vº Seminário Internacional do Setor Elétrico. 23 e 24 de agosto 2010.

Furtado, Celso. A Economia latino-americana - Formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo. Companhia das Letras, 2007

Gonçalves, Reinaldo et al. A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira. 2ª .Edição. Ed. Campus. Rio de Janeiro. 1998.

Prebisch, Raúl. Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano. México. Ed. Fundo de Cultura, 1964.

Grupo de Estudos do Setor Elétrico  
GESEL

Instituto de Economia - UFRJ

+55 (21) 3873-5249  
ifes@race.ie.ufrj.br  
[www.nuca.ie.ufrj.br/gesel](http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel)

Este texto, e muitos outros, encontra-se disponível na Biblioteca Virtual do Setor Elétrico, Bastando acessar o endereço:  
[www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/biblioteca](http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/biblioteca)

Leia e Assine o mais antigo informativo eletrônico do setor elétrico que diariamente apresenta acompanhamento conjuntural diário, com resumo dos principais fatos, dados, informações e conhecimentos relacionados com o setor elétrico: IFE-GESEL Informativo Eletrônico do Setor Elétrico. Disponível no site:  
[www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/listas/listas.htm](http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/listas/listas.htm)